



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

170
2

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos autos da Apelação nº 0301248-0 (NPU nº 0001164-12.2011.8.17.0310)

Agravante: Município de Bom Jardim

Agravado: Ana Lúcia Rodrigues da Silva

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO DESPROVIDO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. MUNICÍPIO DE BOM JARDIM. CONTRATO TEMPORÁRIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA O JULGAMENTO DA DEMANDA. EDIÇÃO DA EC 51/2006 E LEI MUNICIPAL Nº 867/2008. REGIME ESTATUTÁRIO. DIREITO AO SALÁRIO, DÉCIMO TERCEIRO E FÉRIAS ACRESCIDA DO TERÇO CONSTITUCIONAL. DIREITO AO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. É de competência da Justiça Comum, julgar as demandas oriundas de contrato administrativo firmado entre a Administração Pública e seus empregados.
2. O §5º do art. 198 da Constituição Federal, incluído pela EC nº. 51/2006 e depois alterado pela EC nº. 63/2010, deixou à Lei Federal a regulamentação sobre o regime jurídico das atividades de agente comunitário de saúde e de combate às endemias.
3. A Lei Federal nº. 11.350/06 determinou que os agentes comunitários de saúde seriam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), salvo se, nos casos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.
4. Diante de tal autorização legislativa, o Município de Bom Jardim editou a Lei Municipal nº 867/2008, a qual determinou que os cargos de agentes comunitários de saúde deveriam ser providos mediante seleção simplificada, o que retira a natureza trabalhista do vínculo entre a Administração Pública e os ACS, a partir dessa data.
5. Ressalte-se que a referida a Lei Municipal somente estabeleceu o vínculo estatutário aos ACS após a edição da Lei nº 867/2008, sendo que, antes, desde a admissão da autora até 2008, houve um vácuo legislativo, ocasião em que os



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Agentes Comunitários de Saúde foram regidos por contratos administrativos precários.

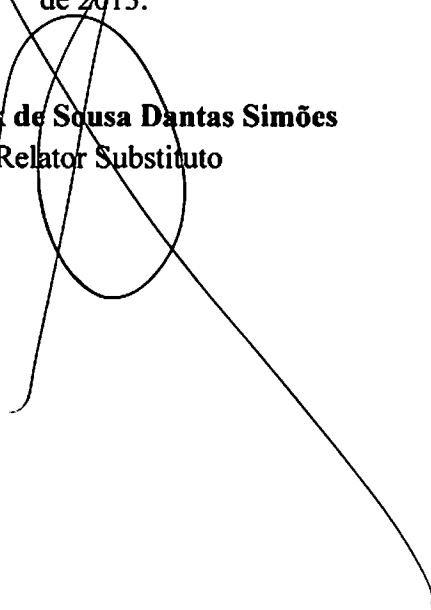
6. É cediço que o ocupante de contrato temporário de trabalho tem direito às verbas atinentes aos salários, um terço de férias e décimo terceiro, além dos descontos previdenciários a serem recolhidos pelo ente contratante, pois estes direitos estão previstos no art. 39 da Constituição Federal.
7. Quanto a percepção do adicional de insalubridade, tendo em vista a existência de legislação do Município para a sua instituição (Lei Municipal nº 867/2008), justifica-se o pagamento do benefício em favor da recorrida, nos termos do art. 7º, XXIII, da CF/88, não havendo que se falar, portanto, em necessidade de realização de perícia, já que tal benefício decorre do exercício da própria atividade, bem como de previsão legal expressa.
8. Agravo Legal conhecido e desprovido.
9. Decisão por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0301248-0 (NPU nº 0001164-12.2011.8.17.0310), sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo Legal e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 08 de  de 2013.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator Substituto





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

172
PZ

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos autos da Apelação nº 0301248-0 (NPU nº 0001164-12.2011.8.17.0310)

Agravante: Município de Bom Jardim

Agravado: Ana Lúcia Rodrigues da Silva

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental interposto pelo Município de Bom Jardim contra Decisão Terminativa proferida nos autos da Apelação nº 0301248-0, a qual negou seguimento ao Recurso, com fulcro no artigo 557, *caput*, do CPC, e manteve a sentença que julgou procedente em parte os pedidos formulados na inicial, para condenar o Município na regularização de todas as contribuições previdenciárias que faltarem perante o Instituto Previdenciário, a qual a parte autora se encontra vinculada, inclusive, se for o caso, retificando as GFIPs; bem como no fornecimento de equipamentos de segurança, tais como luvas, máscaras, botas antiderrapantes, protetor solar e fardamento adequado.

A sentença condenou a Municipalidade, ainda, ao recolhimento de FGTS, a partir da entrada em vigor da Lei Federal nº 11.350/2006, quando a autora passou a fazer jus ao regime celetista, até o advento da Lei Municipal nº 867/2008, que mudou o regime para o estatutário, bem como no pagamento das gratificações de insalubridade no percentual de 10%, na forma do art. 70, II do Estatuto dos Servidores Municipais de Bom Jardim, respeitando a prescrição quinquenal.

Por fim, considerando que a demandante exerce atividade em locais e circunstâncias que trazem riscos a sua saúde e a própria vida, na forma do art. 70, do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim, declarou insalubres as atividades desenvolvidas pela postulante, da data do início do labor, até os dias atuais, para fins de futuras aposentadorias especiais, e condenou o demandado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios à razão de 1,3 salário mínimo, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.

Aduz a agravante, em apertada síntese, que a Justiça Comum Estadual é incompetente para apreciar o pleito relativo ao terço Constitucional de férias e que, sendo a autora submetida ao regime estatutário, não há que se falar em adicional de insalubridade, porquanto este seria exclusivo aos trabalhadores vinculados ao regime celetista.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

173
pr

Sustenta, ainda, que os agentes comunitários de saúde não possuem contato direto com fatores que ponham em risco a sua saúde, de maneira a ensejar a percepção do adicional de insalubridade.

Ao final, requer seja acolhida a preliminar de incompetência e, no mérito, que seja reformado o *decisum* vergastado para que sejam indeferidos todos os pleitos iniciais autorais, com a consequente inversão dos ônus sucumbenciais.

É o relatório.

Recife, 08 de

10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

174
H

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos autos da Apelação nº 0301248-0 (NPU nº 0001164-12.2011.8.17.0310)

Agravante: Município de Bom Jardim

Agravado: Ana Lúcia Rodrigues da Silva

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: José Ivo de Paula Guimarães

Preliminar de Incompetência

Alega o Município agravante, preliminarmente, que a Justiça Comum Estadual é incompetente para apreciar o pleito relativo ao terço Constitucional de férias, sendo atribuição da Justiça do Trabalho.

Pois bem.

É de sabença que é da competência da Justiça Comum julgar as demandas oriundas de contrato administrativo firmado entre a Administração Pública e seus empregados.

Neste sentido, colaciono julgados do Supremo Tribunal Federal sobre o tema:

"EMENTA Agravo regimental – Reclamação – Administrativo e Processual Civil – Dissídio entre servidor e poder público – ADI nº 3.395/DF-MC – Incompetência da Justiça do Trabalho. 1. Compete à Justiça comum pronunciar-se sobre a existência, a validade e a eficácia das relações entre servidores e o poder público, fundadas em vínculo jurídico-administrativo. É irrelevante a argumentação de que o contrato é temporário ou precário, ainda que extrapolado seu prazo inicial, bem assim se o liame decorre de ocupação de cargo comissionado ou função gratificada. 2. Não descaracteriza a competência da Justiça comum, em tais dissídios, o fato de se requerer verbas rescisórias, FGTS e outros encargos de natureza similar, dada a prevalência da questão de fundo, que diz respeito à própria natureza da relação jurídico-administrativa, visto que desvirtuada ou submetida a vícios de origem, como fraude, simulação ou ausência de concurso público. Nesse último caso, ultrapassa o limite da competência do STF a investigação sobre o conteúdo dessa causa de pedir específica. (...) 4. Agravo regimental não provido." (STF-Rcl 4.626 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 24/02/2011, DJe-104 de 01-06-2011).

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO. ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

175
P

COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. PRECEDENTE. Conforme o julgamento proferido no RE 573202, rel. min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJ 05.12.2008, compete à Justiça comum estadual o julgamento de causas que digam respeito a contratos temporários celebrados pela Administração Pública municipal, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição. Agravo regimental a que se nega provimento." (STF-AI 784.188 AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, julgado em 10/05/2011, DJe-097 de 24-05-2011).

No mesmo sentido, colaciono julgados do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZO TRABALHISTA E ESTADUAL. SERVIDOR PÚBLICO E MUNICÍPIO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONTRATO TEMPORÁRIO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. PRECEDENTES DO STF E STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. 1. A Emenda Constitucional n. 45/2004, que deu nova redação ao art. 114 da Carta Magna, aumentou de maneira expressiva a competência da Justiça Laboral. 2. Entretanto, na hipótese dos autos, não há que se falar em competência da Justiça do Trabalho para processar a referida demanda, em razão da natureza jurídico-administrativa existente entre o Poder Público e o servidor público, ainda que em contratações temporárias. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. 3. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito de São Rafael / RN (Juízo Suscitante)." (STJ-CC 115.742/RN, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 11/05/2011, DJe de 17/05/2011).

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. VÍNCULO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO INAFASTÁVEL. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. 1. A Suprema Corte adotou o entendimento de que a mera prorrogação do prazo de contratação de servidor temporário não tem o condão de transmutar o vínculo administrativo que este mantinha com o Estado em relação de natureza trabalhista (RE 573.202/AM, Rel. Min. Ricardo Lewandowski). 2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito do Distrito de Monte Alegre – Poço Redondo/SE, o suscitado." (STJ-CC 106.643/SE, Rel. Min. Jorge Mussi, Rel. p/Acórdão Min. Arnaldo Esteves Lima, Terceira Seção, julgado em 28/04/2010, DJe de 02/08/2010).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

176
02

Assim, rejeito a preliminar de incompetência da Justiça Comum Estadual.

É como voto.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

177
a

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos autos da Apelação nº 0301248-0 (NPU nº 0001164-12.2011.8.17.0310)

Agravante: Município de Bom Jardim

Agravado: Ana Lúcia Rodrigues da Silva

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Saliento que das decisões terminativas cabe o recurso do artigo 557, §2º do Código de Processo Civil, de forma que, com base no princípio da fungibilidade recursal, recebo o presente como Agravo Legal.

Pois bem.

A autora interpôs Reclamação Trabalhista perante a Justiça do Trabalho de Bom Jardim, afirmando que exerce a função de agente comunitário de saúde desde 1991, tendo sido contratada mediante processo seletivo, promovida pela administração pública estadual, com a devida supervisão da edilidade municipal.

O cerne da questão é pontuar qual o regime jurídico da contratação da apelante como agente comunitário de saúde, uma vez que resta evidenciado nos autos o vínculo existente com o Município de Bom Jardim, originário de um contrato temporário.

A Emenda Constitucional nº. EC nº 51/06 modificou a redação do art. 198, § 4º, da CF/88, para criar uma nova forma de provimento no serviço público pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, que passaram a ser admitidos por processo seletivo simplificado.

O art. 2º da referida Emenda dispôs que os servidores, que já desempenhassem as funções de ACS, previamente aprovados em processo seletivos públicos, antes da edição da EC 51/06, conforme certificados pela Unidade Federativa, ficariam dispensados de novo concurso.

Entretanto, os servidores temporários jamais poderiam almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculados ao quadro de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido.

Além disso, o §5º do art. 198 da Constituição Federal, incluído pela EC nº. 51/2006 e depois alterado pela EC nº. 63/2010, deixou à Lei Federal a regulamentação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

178

sobre o regime jurídico das atividades de agente comunitário de saúde e de combate às endemias. Vejamos:

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.

A Lei Federal nº. 11.350/06 determinou que os agentes comunitários de saúde seriam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), salvo se, nos casos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

Diante de tal autorização legislativa, o Município de Bom Jardim editou a Lei Municipal nº 867/2008, a qual determinou que os cargos de agentes comunitários de saúde deveriam ser providos mediante seleção simplificada, o que retira a natureza trabalhista do vínculo entre a Administração Pública e os ACS, a partir dessa data.

Ressalte-se que a referida a Lei Municipal somente estabeleceu o vínculo estatutário aos ACS após a edição da Lei nº 867/2008, sendo que antes, conforme entendimento do Juiz sentenciante, da data de admissão da demandante até o ano de 2008, houve um vácuo legislativo no município, concluindo-se que os Agentes Comunitários de Saúde encontram-se regidos por contratos administrativos precários, somente a partir do advento da Lei Federal 11.350/2006, a demandante passou a ter amparo legal para fazer jus ao benefício de recolhimento do FGTS e demais vantagens do regime celetista ou ingressar no regime estatutário.

A demandante exerce a função de agente comunitário de saúde no Município de Bom Jardim desde 1999, através de seleção pública (fato incontroverso), e foi contemplada com as alterações trazidas pela EC nº. 51/06, regulamentada pela Lei Municipal nº 867/2008.

Acontece que, de 1999 (ano do ingresso, de forma precária) até 2006 (ano do advento de Lei Federal nº 11.350/06), deve-se aplicar o vínculo estabelecido antes da alteração constitucional, qual seja, o vínculo administrativo firmado através de contrato temporário, não havendo, pois, como se reconhecer o direito ao FGTS.

Já quanto ao período compreendido entre 2006 (ano do advento de Lei Federal nº 11.350/06) e 2008 (edição da Lei nº 867/2008) deve ser aplicado o regime celetista, conforme dito acima, por ausência de previsão legal Municipal dispondo em sentido



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

179
P

contrário (vácuo legislativo), pelo qual lhe dá direito ao recolhimento do FGTS nesse período.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ:

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. ATO DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO DE BRITO/SE QUE NEGOU A EFETIVAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS. EC 51/06. ALTERAÇÃO DO ART. 198, § 4º DA CF. DISPENSA DE CONCURSO PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE QUE INGRESSARAM ANTERIORMENTE NO QUADRO DE PESSOAL POR PROCESSO SELETIVO PÚBLICO. NATUREZA DO VÍNCULO ESTABELECIDO ANTES DA ALTERAÇÃO CONSTITUCIONAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. ART. 37, IX DA CF, REGULAMENTADA PELA LEI 136/05 DO MUNICÍPIO DE CAMPO DE BRITO/SE. TRANSFERÊNCIA DE REGIME DE TRABALHO PELA SUPERVENIÊNCIA DA EC 51/06. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO. 1. A EC 51/06 modificou a redação do art. 198 da CF para criar uma nova forma de provimento no serviço público pelos Agentes Comunitários de Saúde-ACS, que passam a ser admitidos por processo seletivo simplificado. Além disso, o art. 2º da referida Emenda dispôs que os Servidores, que já desempenhassem as funções de ACS, previamente aprovados em processo seletivo público, antes da edição da EC 51/06, conforme certificado pela Unidade Federativa, ficariam dispensados de novo concurso. 2. Entretanto, os servidores temporários jamais poderiam almejar a efetivação definitiva no cargo público, pois estão vinculado ao Quadro de maneira precária, nos termos do art. 37, IX da CF, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por tempo estabelecido. Precedentes do STF e STJ. 3. No caso, os Servidores Públicos Municipais foram admitidos em 2006, após aprovação em processo de seleção, promovido pela Secretaria de Saúde, sob o regime de contratação por tempo determinado, para suprir necessidade temporária de Agentes Comunitários de Saúde-ACS do Município de Campos do Brito/SE. 4. O Município de Campo de Brito/SE não certificou que o processo seletivo para os Servidores temporários seria suficiente para a referida dispensa prevista no parágrafo único do art. 2º da EC 51/06. Além disso, a própria Administração Municipal ressalta que a seleção não atendeu aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. 5. Ademais, não se comprovou que a efetivação dos Servidores Temporários respeitaria os limites de gasto dos recursos orçamentários, nos termos do art. 169 da CF e LC 82/95. Para que se legitimasse o pedido do writ,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

130
R

seria imprescindível a comprovação da disponibilidade orçamentária, a ser empregada nos programas sociais destinados à área da Saúde, como especifica o art. 2º, caput, in fine da EC 51/06. 6. Recurso Ordinário desprovido. Prejudicada a análise da Medida Cautelar (RMS 26.408/SE, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 5T, DJ de 23/06/2008).

Assim, tendo em vista que a relação firmada entre a apelante e a Municipalidade é de caráter jurídico-administrativo desde 1999, através de contrato temporário legal, pois respeitada a necessidade de seleção pública prévia, até o ano de 2006 (advento de Lei Federal nº 11.350/06), bem como após 2008, em razão de previsão legal Municipal, não há como conferir à trabalhadora os mesmos direitos conferidos aos empregados regidos pela CLT, nesses períodos.

O artigo 39, §3º da Constituição da República afirma que são direitos dos ocupantes de cargo público aqueles estabelecidos no artigo 7º, incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, não estando nestes o aviso prévio, a anotação na CTPS e nem o FGTS.

Esse é o entendimento consolidado recentemente nesta Corte de Justiça, *in verbis*:

1ª Câmara de Direito Público:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. INVIABILIDADE DA FRUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVISTOS APENAS NA CLT. I - A recontratação temporária para períodos subsequentes não implica em reconhecimento da unicidade do contrato, sob pena de violação ao princípio constitucional da investidura do servidor por concurso público (CF, art. 37, II), nem importa, por si só, na nulidade do contrato temporário inicialmente firmado. II - Inaplicável à espécie o entendimento defendido pelo eg. Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 596478/RR. III - Consoante a remansosa jurisprudência dos Tribunais Pátrios, tratando-se de contrato temporário firmado pela Administração Pública, devem ser afastadas todas as rubricas próprias do regime celetista, fazendo o contratado jus tão somente àqueles direitos sociais constitucionalmente previstos. IV - Em se tratando o FGTS de indenização decorrente da relação trabalhista regida pela CLT, não se pode estender tal direito aos contratados temporários pela Administração Pública. V - Agravo Legal desprovido. (Número 0024830-65.2012.8.17.0000 (274625-8/01);



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

181
de

AGRAVO; RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
RELATORA CONVOCADA: Juíza VIRGÍNIA GONDIM DANTAS
RODRIGUES; Data 22/02/2013; 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO)

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONTRATO TEMPORÁRIO REGIDO PELAS
NORMAS DE DIREITO PÚBLICO. FGTS INDEVIDO. RECURSO DE
AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Contratação temporária tem caráter jurídico-
administrativo, ainda que haja prorrogação do contrato de maneira irregular,
pois tal fato não tem o condão de alterar o vínculo inicialmente estabelecido
entre as partes. 2. Incabível impor à edilidade o pagamento de FGTS, diante da
inaplicabilidade desse instituto jurídico trabalhista aos casos de contratação
temporária pelo Poder Público. 3. Recurso de Agravo não provido. 4. Decisão
Unânime. (Número 0016424-55.2012.8.17.0000 (277138-2/01); Descrição
AGRAVO; Relator FERNANDO CERQUEIRA; Data 28/09/2012 11:00 Fase
REGISTRO / PUBLICAÇÃO NO DJ).

2ª Câmara de Direito Público:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO.
RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA. MÉRITO:
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR POR EXCEPCIONAL
INTERESSE PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. FGTS.
INVIABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Consta,
às fls. 11/18, os instrumentos de contratos temporários firmados pela agravante
e pelo Município agravado antes do advento da Lei Municipal nº 353/2007, os
quais foram confeccionados sob a égide das leis nº Lei 8.745/93, nº 004/1997,
nº 131/2002, nº 242/05 e Lei Orgânica do Município de Camaragibe, de forma
que inexistem dúvidas a respeito do caráter estatutário da referida contratação,
o que afasta qualquer pretensão da apelada/agravante que tenha como
fundamento a CLT, pois se está diante de contratos de natureza administrativa,
não havendo, pois, como se reconhecer o direito ao FGTS, nem de qualquer
outro direito ou verba fundamentada na CLT. 2. No que tange ao entendimento
proferido no RE nº 596.478-7, destacou-se que o mesmo não se aplica à
presente questão. Isso porque, conforme aduz a própria agravante, o referido
Recurso Extraordinário trata da hipótese de servidores admitidos sem concurso
público, o que não condiz com o presente caso, que trata de servidores
contratados por meio de contrato temporário de excepcional interesse público,
de natureza administrativa, portanto. 3. Recurso de Agravo improvido. Decisão
Unânime. (Número 0018266-70.2012.8.17.0000 (266955-6/01); AGRAVO;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

182

Relator JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES; Data 19/10/201; Agravante: Gleici Almeida Cabral. Advogado: Sávio Delano Vasconcelos Pereira. Agravado: Município de Camaragibe. Advogado: Clélio Pessoa de Carvalho)

Quanto à percepção do adicional de insalubridade, tendo em vista a existência de legislação do Município para a sua instituição (Lei Municipal nº 867/2008), justifica-se o pagamento do benefício em favor da recorrida, nos termos do art. 7º, XXIII, da CF/88, não havendo que se falar, portanto, em necessidade de realização de perícia, já que tal benefício decorre do exercício da própria atividade, bem como de previsão legal expressa.

Neste sentido:

DIREITO ADMINISTRATIVO - DIREITO TRABALHISTA - REMUNERAÇÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - LEI MUNICIPAL Nº 301/91 - RECURSO IMPROVIDO. 1.Descabe adicional de insalubridade, ante a ausência de previsão legal específica na Lei Municipal nº 301/91 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Petrolina) e na legislação local pertinente. 2.Art. 7º, XXIII, da Constituição, o adicional de insalubridade será devido "na forma da lei", já tendo o Supremo Tribunal Federal se manifestado pela necessidade de lei local regulamentadora para que tenha o dispositivo eficácia plena. 5.Recurso de agravo improvido. (TJ-PE - AGV: 80956420098171130 PE 0002449-97.2011.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 15/03/2011, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 57/2011)

Por fim, quanto à alegação do Município de que entregou à ora agravada equipamentos de segurança, tenho que cabia a ela, Edilidade, tal comprovação, o que vejo não ter ocorrido.

Desta forma, VOTO PELO CONHECIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO E NEGÓ-LHE PROVIMENTO, devendo ser mantida a decisão terminativa em todos os seus termos.

É como voto.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto